

Intromissão Inoportuna

OS senhores Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e Franco Montoro armaram em torno das negociações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional um coro cujas características ficam entre o inoportuno e o puro e simples oportunismo.

Como não se pode deixar de reconhecer malícia política nos pronunciamentos do Governador do Estado de São Paulo, ao propor que a dívida externa se resolva em comícios, ou à liderança do PMDB, é preciso portanto que a Nação conheça os interesses reais detrás dos pronunciamentos e manifestações de intenção de levar o debate sobre a dívida externa para o Congresso.

Se o problema for quantificado, transformado em dinheiro vivo, tudo fica mais fácil de compreender. Muitos políticos populistas adorariam engordar a dívida externa brasileira neste momento — capitalizando os juros, por exemplo — porque isso significaria afrouxar os cordões de controle monetário em Brasília. Em resumo, muito mais dinheiro para campanhas.

Onde residem a moralidade pública e o interesse nacional, nesse caso? Por certo que está do lado da redução efetiva da dívida externa brasileira, o que depende da geração de superávits comerciais, da queda nas taxas externas de juros e da recusa em

tomar dinheiro novo aos banqueiros ou às instituições multilaterais de crédito, exceto para investimentos produtivos e a longo prazo.

Este é evidentemente um esquema que interessa ao país, e que também depende de outras variáveis internas, tais como o controle da inflação e do déficit público. O populismo implícito na idéia de levar a discussão do Fundo Monetário para o Congresso visa apenas a iludir os que acreditam que se a dívida externa passar pelos corredores da Câmara ou do Senado poderá emagrecer. Muito mais provável é que engorde.

O voto de lideranças foi responsável por espetáculos deploráveis como o do Sulbrasileiro, que terminou onerando ainda mais os bolsos dos contribuintes, e quase resvala em escândalo envolvendo as liquidações de instituições sob intervenção na área do sistema financeiro da habitação. Como transcorreria um debate sobre as contas externas nessas circunstâncias?

Muito mais eficaz será o Congresso se exercer seus poderes de crítica e alerta à sociedade, que se arvorar o direito de interferir em negociações delicadas, da competência do Executivo. A demagogia não pode prevalecer às custas de questões tão sérias.